

# Discursos sobre a voz na mídia brasileira contemporânea

Carlos PIOVEZANI

Universidade Federal de São Carlos

Este trabalho apresenta resultados do projeto de pesquisa “Discursos sobre a voz na mídia brasileira contemporânea” (Processo FAPESP 2014/09947-3). Com base na Análise do discurso, examina-se uma série de enunciados que tratam i) das relações entre a voz humana e as tecnologias de linguagem; e ii) dos usos da voz no campo político. Buscando identificar o que se diz sobre a voz e como são formulados os enunciados a seu respeito, constituiu-se um corpus composto por textos dos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e Brasil de Fato e das revistas Veja e Carta Capital, publicados entre janeiro de 2010 e dezembro de 2013. Neste artigo, serão analisados enunciados extraídos somente da Folha e do Estadão.

---

## Introdução

O propósito deste texto é o de apresentar um conjunto de resultados do projeto de pesquisa “Discursos sobre a voz na mídia brasileira contemporânea”, cujo objetivo geral consiste em analisar discursos sobre a voz produzidos e/ou veiculados pela mídia brasileira contemporânea e materializados em textos de jornais e revistas de circulação nacional. Com base na Análise do discurso, derivada de Michel Pêcheux e seu grupo, articulada com contribuições oriundas de teorias enunciativas, nele buscamos identificar o que se diz sobre a voz e como são formulados os enunciados a seu respeito.

Nosso intuito é o de responder a questões como seguintes: o que, como e por que se fala da voz nesta que é uma das principais instituições de produção e circulação dos discursos em nossa sociedade? Quais são e de quais campos provêm os enunciados retomados, reformulados e apagados, quando ali se fala da voz? Fala-se igualmente da voz na mídia, a despeito de sua utilização mais ou menos distinta em diferentes esferas sociais, tais como na política, na tecnologia e no entretenimento? Há variações no tratamento que lhe é dispensado, na medida em que ela é tematizada em veículos mais ou menos progressistas ou mais ou menos conservadores?

Com vistas a formularmos respostas a essas questões, analisamos uma série de textos dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Brasil de Fato* e das revistas *Veja* e *Carta Capital*, publicados entre janeiro de 2010 e dezembro de 2013. Especificamente neste artigo optamos pela exposição de um conjunto de análises de enunciados que tratam i) das relações entre a voz humana e as tecnologias de linguagem; e ii) dos usos da voz no campo político. Antes de apresentarmos essas análises, faremos imediatamente a seguir uma síntese de alguns aspectos fundamentais da Análise do discurso, com o objetivo de que a base teórica e metodológica de nossas descrições e interpretações esteja presente no decorrer de sua leitura.

## 1. O discurso e sua análise

Numerosos e dispersos textos e enunciados não são satisfatoriamente triados e inscritos em unidades, séries ou conjuntos que os reúnam com base no fato de que tratariam de um suposto objeto comum. Tampouco são pertinentes e produtivos os grupos formados a partir do que foi dito acerca desse “mesmo” objeto em campos de saber previamente constituídos nos quais se lhe dispensou atenção ou ainda do que foi formulado pela diversidade dos indivíduos que o tematizou em seus enunciados. Ora, é o exame da “ordem do discurso” que nos permite apreender as relações de identidade e diferença na variedade e dispersão do dizer em sociedade, uma vez que, por seu intermédio, constatamos as filiações e rupturas dos sujeitos em relação ao que já fora dito, sob a forma de retomadas, reformulações e apagamentos. Deparamo-nos então com as seguintes questões: o que é o discurso? Como se pode proceder à sua análise? O conceito de discurso e os procedimentos operatórios para a execução de uma sua fértil análise encontram-se de modo privilegiado, a nosso ver, no interior do que se convencionou chamar de Análise do discurso francesa (AD). Com vistas a fornecer ao leitor algumas sumárias considerações a seu respeito, discorreremos abaixo sobre certos aspectos fundamentais desse campo de saber.

Gestado no interior do Materialismo histórico, a cujos princípios articularam-se saberes da Linguística e da Psicanálise, o conceito de discurso no pensamento de Michel Pêcheux não corresponde ao caráter universal da língua para todos os membros de uma comunidade linguística nem tampouco à condição individual da fala para cada um deles; caracteriza-se, antes, pela normatividade de uma prática, que é determinada pelas lutas de classes. Assim, entre a universalidade da língua e a singularidade individual da fala estaria situado um “nível intermediário”, “o nível da *particularidade*, que define ‘contratos’ linguísticos de tal ou tal região do sistema” (PÊCHEUX, 1990, p. 74). Envolvendo relações de força e de sentido, uma vez que compreende os conflitos ideológicos e as remissões a outros dizeres, o discurso é concebido na AD proposta por Pêcheux e seu grupo não como transmissão de informação, mas como “efeitos de sentido” entre interlocutores (PÊCHEUX, 1990, p. 82).

Com efeito, as relações de força materializam-se nas relações entre os dizeres de uma sociedade, por meio das ideologias. Estas também são concebidas em sua condição de “nível intermediário”, pois “cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo que comporta atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’, mas que se referem mais ou menos diretamente a ‘posições de classe’ em conflito umas com as outras” (HAROCHE *et al.*, 1971, p. 102). O discurso é entendido como uma forma privilegiada de materialização das ideologias, tendo em vista o fato de que “as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito* (...), a partir de uma dada posição numa dada conjuntura” (HAROCHE *et al.*, p. 102).

Desse modo, ao materializar as ideologias, que, por seu turno, já são materializações dos conflitos de classe, o discurso determina o dizer e produz os sentidos: “o ponto essencial aqui é que *não se trata somente da natureza das palavras, mas também e sobretudo das construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que essas construções determinam a significação que as palavras terão. (...) as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam. (...) ‘mudam de sentido’ ao passar de uma formação discursiva para outra.” (HAROCHE *et al.*, 102-3.). Num outro texto, Pêcheux falará do “caráter material do sentido” na abordagem discursiva oposto à “transparência da linguagem”, que faz crer nas evidências da significação. Retomando a reflexão anterior, o autor afirma que “o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).” Elas “recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.” (PÊCHEUX, 1997, p. 160-1).

Embora haja alguns pontos de consonância entre Pêcheux e Foucault na concepção de uma “ordem do discurso”, há também sem dúvida dissensões<sup>1</sup>. Nosso propósito aqui não é o de conciliar as duas perspectivas, mas o de nos fundamentarmos na Análise do discurso, derivada de Pêcheux e seu grupo, incorporando contribuições do pensamento de Foucault sobre a discursividade. Sem considerar que a dimensão socioeconômica seja a determinante em última instância das práticas sociais, mas também sem refutar sua existência e atuação nas relações dos sujeitos de uma sociedade, Foucault concebe o discurso como “a diferença entre o que poderíamos dizer corretamente em uma época (segundo as regras da gramática e aquelas da lógica) e o que é dito efetivamente. O campo discursivo é, em um momento determinado, a lei dessa diferença.” (2010, p. 14). Na produção do dizer há dispersão, por um lado, mas há também a regularidade de uma prática que controla o que pode ser dito: “o que se chama ‘prática discursiva’ (...) é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1997, p. 135-136).

Ademais, ao postular a existência de uma ordem do discurso, Foucault supõe que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.” Por essa razão, sabemos que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não poder falar de qualquer coisa” (Foucault [1971] 2000, p. 8-9). O discurso é marcado pela raridade, pois é “o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas”. Ante essa condição rara do discurso, cabe a busca pela seguinte questão: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (*idem* [1969] 1997, p. 31). A tentativa de lhe responder não pode descurar o fato de que no discurso “o que faz a diferença e caracteriza a batalha dos discursos é a posição que é ocupada por cada um dos adversários.” (*idem* [1976] 2001, p. 123-124).

Ora as posições dos sujeitos do dizer são instituídas nos laços sociais, que consistem no cerne da política em cujo funcionamento os discursos desempenham papel fundamental. A partir da inversão da célebre fórmula de Clausewitz, Foucault propõe uma concepção de política que corresponde ao prolongamento da guerra por outros meios: “as relações de poder nas sociedades atuais têm essencialmente por base uma relação de força estabelecida, em um momento historicamente determinável, na guerra e pela guerra.” (Foucault [1976] 1985, p. 176). Trata-se de uma guerra mais ou menos silenciosa, cujas relações de força reinscrevem-se “nas instituições e nas desigualdades econômicas, na linguagem e até no corpo dos indivíduos” (*ibidem*, p. 176). Por essa razão, a paz civil e a sociedade igualitária e democrática devem ser compreendidas com distanciamento e desconfiança, uma vez que, sendo e comportando continuidades da guerra, compreendem com maior ou menor grau de manifestação as lutas políticas, os conflitos e confrontos do poder e pelo poder de agir sobre as ações dos demais sujeitos sociais. As decisões e os rumos provisórios ou duráveis de uma sociedade são resultados das batalhas, em que o capital e a linguagem são decisivos, e não produtos de consensos harmônicos e pacíficos.

Pêcheux e Foucault, cada um a seu modo, ensinam-nos que diante de dizeres frequentemente muito semelhantes entre si é preciso identificar a posição da qual cada um deles provém. Há, por exemplo, nos textos que trataram da possibilidade da perda da voz de Lula enunciados, em princípio, bastante similares. Mediante uma análise discursiva que identifica as posições a partir das quais esses enunciados foram produzidos, é possível demonstrar que eles constroem efeitos distintos, quando não, opostos (cf. Piovezani, 2013). Em consonância com as posições, outro aspecto relevante a ser observado no discurso refere-se às suas maiores ou menores conservações e durações. Ao encontro do descompasso entre a generosa potência da lógica e da língua e os atos rarefeitos do discurso, existe a separação, em tudo o que foi dito, entre os textos e enunciados que serão mais ou menos conservados e aqueles que serão mais rapidamente esquecidos. A reflexão sobre o controle do dizer e de sua maior ou menor conservação está sintetizada na definição que Foucault consagra à noção de arquivo, que consiste num conjunto de regras que, em uma época

dada e por uma sociedade determinada, definem:

.

- os limites e as formas da **dizibilidade**: de que é possível falar? O que foi constituído como domínio do discurso? (...)

- os limites e as formas da **conservação**: quais são os enunciados destinados a passar sem vestígio? Quais são os que são destinados, ao contrário, a entrar na memória dos homens)? (...)

- os limites e as formas da **memória** tal qual ela aparece nas diferentes formações discursivas: quais são os enunciados que cada uma reconhece válidos ou discutíveis, ou definitivamente invalidados? (...)

- os limites e formas de **reativação**: entre os discursos das épocas anteriores ou das culturas estrangeiras, quais são os que retemos, que valorizamos, que importamos, que tentamos reconstituir? (...)

- os limites e as formas de **apropriação**: quais indivíduos, quais grupos, quais classes têm acesso a tal tipo de discurso? (...) ([1968] 2010, p. 10)

De nossa parte, é com base nos fundamentados acima expostos que nos interessa analisar os discursos sobre a voz produzidos e/ou veiculados pela mídia brasileira contemporânea, considerando i) as formações discursivas e as condições de produção que determinaram o que se pôde e deveu ali ser dito a seu propósito; ii) as distintas modalidades enunciativas, formas remissivas, escolhas lexicais e articulações sintáticas empregadas nas formulações dos enunciados midiáticos acerca da voz; iii) a memória, a conservação, a reativação e a apropriação desses discursos (cf. acima: Foucault, 2010, p. 10); e iv) as semelhanças e diferenças na abordagem da voz, quando tratada nas esferas política, tecnológica e cultural por veículos da mídia nacional concebidos como progressistas ou conservadores.

## 2. Discursos sobre as relações entre voz humana e tecnologia

Um dos fenômenos discursivos que depreendemos em nossa pesquisa e sobre o qual trabalhamos consiste nos modos como surgem nos enunciados de nosso *corpus* as relações entre a voz humana e as tecnologias que a reproduzem e/ou veiculam. Com vistas a darmos uma amostra desse aspecto dos discursos sobre a voz, examinamos aqui quatro textos. O primeiro é o artigo de João Marcello Bôscoli, publicado na edição do dia 29 de maio de 2010 do jornal *O Estado de São Paulo*, cujos título e primeiro enunciado são emblemáticos: “A morte da voz humana” e “O auto-tunning é o Photoshop da voz”. No texto de Bôscoli, a condição humana é atrelada à força e beleza da imperfeição da voz:

.

O auto-tunning é o Photoshop da voz. O cantor está desafinado? A voz não chegou lá? Auto-tunning nele. O software que corrige a afinação de cantores criou no campo da música a recompensa sem o devido esforço. (...) E o pior: com sua precisão matemática irreal, com suas ordenadas e abscissas higienistas, o auto-tunning transforma as características da voz humana em defeitos. (...)

Se ouvir Stevie Wonder ao vivo, ouvirá ‘imperfeições’ e igualmente sentirá que sua emoção, genialidade e carisma existem - sem o software de afinação; ao passo que a voz perfeita, porque deturpada, é decepcionante, quando descoberta, e mentirosa, quando não. (...) É comum notarmos

a decepção da plateia quando ouve ao vivo um cantor que gravou digitalmente dopado, com a voz corrigida pelo computador. (...) gosto muito do auto-tuning quando usado às claras, como efeito na voz, a serviço da música. Creio que em arte, ao contrário da medicina, por exemplo, a liberdade deve ser total. De preferência sem fraude. Uma coisa é usar a tecnologia como extensão do talento de determinado artista; outra é usá-la para esconder a falta de talento. (*O Estado de São Paulo*, 29 de maio de 2010).

A estratégia discursiva de que se vale inicialmente o enunciador para produzir o efeito da denúncia do uso excessivo e indevido da tecnologia na transmissão que modifica demasiadamente a voz humana no campo musical é a de projetar diferentes modalidades enunciativas: enquanto em “O auto-tuning é o Photoshop da voz.”, o enunciador constitui uma declaração afirmativa expressa sob a forma de uma delocução, que, mediante o uso dos determinantes definidos que antecedem os núcleos dos sintagmas nominais e o emprego da terceira pessoa do presente do indicativo do verbo, constroem o sentido de uma definição e de uma equivalência evidentes e incontestáveis; nos três enunciados seguintes: “O cantor está desafinado? A voz não chegou lá? Auto-tuning nele.”, simula-se uma dinâmica de perguntas e de resposta, na qual as primeiras seriam formuladas por alguém que identifica problemas e defeitos aparentemente provisórios na voz de um cantor, e na qual a resposta indica imediatamente sua cômoda solução. Os efeitos produzidos, para os quais também concorrem a curta extensão dos enunciados, são os da pressa, da ausência do trabalho e do esforço e da solução tão mágica e imediata quanto ludibriadora. Além disso, principalmente na segunda questão e na resposta, há ainda um efeito de despojamento e informalidade no estilo dos enunciados que o enunciador projeta na enunciação daquele que busca as facilidades enganadoras, com as quais o autor do texto não apenas não concorda, mas que ainda e principalmente denuncia: a expressão “não chegou lá” e o enunciado “Auto-tuning nele.” são formulações que, em registro informal de linguagem, se coadunam bem com a espontaneidade acomodada daquele que contorna a dificuldade encontrada com um embuste.

A correção proporcionada pelo software (“corrige a afinação”), que carregaria em sua significação os semas positivos do ajuste de algo que não funciona bem, é reconfigurada em seu efeito, uma vez que é conseguida sem trabalho, esforço e dedicação. Assim, corrigir um defeito sem empenho, ao invés de ser atitude recomendável e louvável é, antes, um gesto a ser evitado e, quando feito, repreendido, em função de seu caráter torpe. O enunciado seguinte “E o pior: com sua precisão matemática irreal, com suas ordenadas e abscissas higienistas, o auto-tuning transforma as características da voz humana em defeitos.” inicia-se com a construção de uma intensificação do caráter perverso no emprego da tecnologia de voz: ainda mais grave do que a dissimulação dos defeitos da voz é a projeção idealizada de uma voz humana cuja perfeição corresponderia à ausência de suas próprias propriedades, na medida em que “as características da voz humana” são concebidas como “defeitos” e apagadas pelo uso do auto-tuning.

Na sequência do texto, o enunciador vale-se de outra estratégia discursiva, qual seja, a do exemplo particular generalizável: o prazer da escuta do desempenho vocal de Stevie Wonder sem a intermediação e a deturpação de uma tecnologia que esconderia as eventuais falhas de sua voz. Nessa passagem do texto, constatamos as equivalências semânticas entre, por um lado, “imperfeição da voz”/ “emoção”/ “genialidade”/ “carisma”/ “sem software de afinação” e, por outro, entre “decepção”/ “um cantor que gravou digitalmente dopado”/ “voz corrigida pelo computador”/ “fraude”/ “esconder a falta de talento”. Aí são invertidas as correspondências entre, de um lado, a positividade e a perfeição e, de outro, a negatividade e a imperfeição, porque a perfeição da voz equivale à sua modificação pela máquina, que simula e dissimula suas propriedades, produzindo um objeto mentiroso e uma escuta decepcionada; e porque a imperfeição, por sua vez, corresponde à autenticidade e à espontaneidade de uma voz que emociona e cativa por si mesma, sem truques. Ao encontro dessas equivalências construídas pelo discurso, podemos observar que as escolhas lexicais com fortes nuances afetivas reforçam uma nítida oposição entre as duas posições confrontadas (“imperfeição” e “genialidade”; e “decepção”, “dopado” e “mentirosa”) e que as

modalidades enunciativas, em suas formas mistas ou puras - tais como o misto de enunciação alocutiva e delocutiva empregada em “Se ouvir Stevie Wonder ao vivo (...)” e o misto de enunciação elocutiva e alocutiva em “(...) é comum notarmos a decepção da plateia”; ou as exclusivas enunciações elocutiva em “(...) gosto muito do auto-tuning” e em “Creio que em arte (...)” ou delocutiva em “Uma coisa é usar a tecnologia como extensão do talento (...)” - contribuem para produzir diversos efeitos de sentido: a primeira “mistura” não apenas interpela o interlocutor, na medida em que torna possível sua identificação com o enunciatário “Se (você) ouvir”, mas também permite a declaração de uma evidência “Se (qualquer um) ouvir”; já a segunda compreende o fato de que a observação da “decepção” possa ser do enunciatário e de algo experimentado igualmente por ele e pelos enunciatários. Assim, a experiência decepcionante entre estes últimos pode ser sentida na crença da descrição que lhe foi apresentada, em uma projeção de sua memória ou de seu imaginário. Já o último contraste entre elocução e delocução constrói a diferença entre o que seria a exposição de um ponto de vista subjetivo, que, por sua condição, poderia ser outro e contestável, e o que consistiria na manifestação de uma verdade. Numa palavra: o discurso determina aqui não apenas o que se diz sobre a voz humana em suas relações com as tecnologias, mas o faz também com seus modos de dizer.

Também é oriundo do campo do entretenimento musical o enunciado que analisamos abaixo e que fora extraído do texto “Adele cancela todos os shows até 2012 por problemas de voz”, publicado no site da revista *Veja*, aos 28 de outubro de 2011. Ao mencionar a razão pela qual teria se dado o cancelamento dos shows e informar o leitor de uma cirurgia à qual a cantora seria submetida, o enunciatário apresenta a fonte de sua informação: “Os contínuos problemas de voz da cantora britânica Adele, que deverá se submeter a uma operação de cordas vocais, obrigaram-na a cancelar todos os shows até 2012, informa nesta sexta-feira o site da artista.” Em seguida, o enunciatário relaciona indiretamente o sucesso da cantora, seus problemas vocais e o procedimento cirúrgico pelo qual terá de passar: “Adele, cujo segundo e último álbum vendeu 3 milhões de unidades no Reino Unido, terá de se submeter a uma cirurgia para solucionar um problema de hemorragia nas cordas vocais, o que a afastará dos palcos por pelo menos dois meses.” Na sequência abaixo, o enunciatário refere-se novamente à fonte de sua informação para indicar a transparência, a preocupação e o cuidado com que os problemas de voz sofridos por Adele foram tratados, recorrendo também a um misto de discurso direto e indireto: “estava desolada e preocupada”. Nessa passagem, o enunciado que particularmente nos interessa aqui é aquele em que o enunciatário projeta o discurso direto da cantora:

Na página oficial, pode-se encontrar a lista dos 15 shows cancelados entre outubro e novembro nos Estados Unidos e Reino Unido. Quando no início deste mês anulou sua turnê americana, Adele já havia explicado em seu site que ‘estava desolada e preocupada’ pelos problemas com sua voz.

**‘Não tenho outra opção além de me recuperar completa e adequadamente, se não, corro o risco de danificar minha voz para sempre. Não quero enganar ninguém com playbacks.’**, afirmou a cantora. (*Veja*, 28 de outubro de 2011)

A declaração taxativa da cantora formulada sob a forma de uma elocução em primeira pessoa do singular e no presente do indicativo estabelece uma relação absolutamente comprometida entre o enunciatário e o que é por ele dito, a impossibilidade de outra escolha; um efeito distinto seria obtido nessa relação, desta feita, bem mais distanciada, entre o enunciatário e seu enunciado, se a formulação fosse realizada nos seguintes termos “**Um cantor** não teria outra opção além de **se** recuperar completa e adequadamente, se não, **correria** o risco de danificar **sua** voz para sempre.”. Por sua vez, o último enunciado do que é apresentado como discurso direto de Adele inscreve-se no discurso análogo àquele a que se filia a posição de João Marcelo Bôscoli e que materializa o imaginário no qual se concebe que a intervenção e/ou reprodução da voz dissimuladas ou omitidas

do público ouvinte representa uma atitude deliberada de produção de ilusão e de mentira. Em ambos, em todo caso, parece ecoar um discurso ainda mais antigo, segundo o qual menos haveria sinceridade, espontaneidade e autenticidade quanto mais houvesse intermediação entre a produção da fala cantada (talvez, também da falada) e sua escuta. Nesse discurso, a voz mediada e veiculada por uma tecnologia parece perder parte de sua propriedade humana e distanciar o encontro entre os seres de nossa espécie.

A ocorrência relativamente frequente dessa consideração negativa a propósito das relações entre a voz humana e as tecnologias de linguagem conduziu-nos à formulação da seguinte hipótese: embora a atividade epilinguística seja universal no exercício da fala humana, isto é, em que pese a constância dessa competência que faz com que reiterada e ordinariamente falemos de nossa fala, a voz nem sempre se torna objeto dessa nossa fala sobre nossa própria fala. Ao constatarmos esse fenômeno, supomos que não falamos da voz com a mesma frequência e intensidade com que falamos em diversos contextos de outros componentes de nossa fala; antes parece haver aí bastante discriminação e mesmo ausências a seu respeito. Além disso, o fazemos em circunstâncias nas quais sentimos ou imaginamos existir um problema nos usos da voz, nas quais sentimos ou imaginamos que ela se encontra de alguma maneira em perigo e/ou concentra em si certo poder. Quando se trata, então, de ocasiões em que uma tecnologia de linguagem tende a representar uma ameaça à voz humana, surge entre nós manifestações em defesa da presença vocal, ou seja, projetam-se alegações em prol da voz ao vivo e imediata<sup>2</sup>.

Ora, nessa direção, observamos uma vez mais as interfaces entre a voz e a condição humana presentes desta vez no texto “Seremos todos telefones”, publicado por João Ubaldo Ribeiro, na edição do dia 10 de março de 2013 do *jornal O Estado de São Paulo*. A posição anti-tecnológica a que se filia o enunciador é já manifesta no primeiro enunciado de seu texto: “Esse negócio de *Google* tirou a graça de muitas coisas.”. Em seguida, expõe o que considera ser uma série de desvantagens trazidas pelo *Google*, para emendar com a seguinte passagem: “Mesmo consciente desses perigos, ousou dizer que a maior parte de vocês não sabia que hoje é o dia do telefone. Eu por acaso sabia e me lembrei assim que vi a data no calendário. E também já sabia de uma porção de coisas adicionais, inúteis mas talvez vistosas. Tudo isso, juro que é verdade, sem recorrer ao *Google*.”, antes de traçar um breve histórico das aventuras e vicissitudes por que passaram os usos do telefone. No desfecho desse histórico, que é assim apresentado, o enunciador formula um enunciado sobre a voz e a tecnologia:

Por fim, chegaram os celulares e tablets. Tem gente que não larga o celular nem no chuveiro e dizem que já é até um acessório sexual indispensável para muitos. Creio que, no futuro próximo, os recém-nascidos, ainda na maternidade, terão vários chips implantados no cérebro e serão conectados antes de aprenderem a falar, talvez numa rede social especializada. Um chip, secretamente instalado no celular do cônjuge infiel, mostrará à parte corneada o endereço exato do motel onde o (a) sem-vergonha prevarica. **Um aplicativo ora sendo aperfeiçoado saberá, por sutis alterações na voz, quando quem fala está mentindo.**

As articulações entre a voz humana e a tecnologia não apenas estão presentes nesse enunciado destacado em negrito do texto de João Ubaldo Ribeiro, mas encontram-se ainda atravessadas por seus laços com a verdade. As relações entre voz e verdade também costumam frequentar os discursos sobre a nossa voz. Observemos um fragmento da tragédia grega “Hipólito”, de Eurípides, com vistas a mais bem examinarmos a constituição e a formulação de certo discurso que postula vínculos entre voz e verdade:

Ah! Como seria preciso de que os deuses nos provesses em nossas emoções terrenas de um índice seguro para triarmos os corações, para distinguirmos a verdadeira ternura daquela que nos é falsa.

Seria necessário que cada um de nós possuísse dois timbres de voz: um para a verdade e outro para todos os outros usos. Assim, a entonação sincera desmascararia as mentiras do coração culpado, e nós não seríamos mais enganados! (Eurípides, *Hipólito*, versos 921-926. In: *Les tragiques grecs. Théâtre complet* (Eschyle, Sophocle, Euripide). Paris, Editions de Fallois, 1999, p. 896-950)

Ante a suposta dissimulação de Hipólito, que fingiria não ter tentado seduzir Fedra, Teseu manifesta na passagem citada um desejo que o precedia e que o sucederá, estendendo-se até a nossa contemporaneidade: o de conhecer as inclinações invisíveis da alma, a partir da decifração de marcas presentes e visíveis no corpo. Em tempos diversos, de distintos modos, essa antiga e constante vontade antropológica impele-nos a tentar identificar a bondade e a maldade, a verdade e a mentira em traços inscritos na língua, no corpo e na voz. Já o enunciado de João Ubaldo Ribeiro não reitera tal desejo; antes, desde que interpretado à luz das equivalências com os enunciados anteriores de seu próprio texto, trata-se de um incômodo com a ideia de que isso talvez possa ocorrer mediante os avanços tecnológicos que respondem a essa vontade. Mas a continuidade relativa que há nos laços entre voz e verdade não é apenas rompida pela recusa, talvez repulsa, do autor contemporâneo que se opõe ao querer da personagem antiga. Onde Teseu expressa a distância, João Ubaldo fala de iminência; e onde o dramaturgo grego contempla a relação entre o divino e o humano, o escritor brasileiro trata da relação entre o homem e a tecnologia. Por fim, ao predomínio da elocução no trecho de “Hipólito”, sob a forma da primeira pessoal do plural, contrapõe-se a maior presença da delocução no enunciado de “Seremos todos telefones”, na enunciação em terceira pessoa, que, em consonância, com o caráter indefinido do determinante (“Um aplicativo”) e com os aspectos verbais do sintagma (“ora sendo aperfeiçoado”) e do verbo (“saberá”), constroem o efeito de que se trata de algo, uma tecnologia incerta, não apenas iminente, mas tão inevitável quanto indesejável.

### **3. Discursos sobre os usos da voz humana no campo político**

Lançaremos mão aqui das análises de dois textos nos quais, desta feita, os discursos sobre a voz tratam de seus usos no campo político<sup>3</sup>. Ressaltamos que tais análises foram realizadas, considerando a constituição dos discursos que estigmatizam as vozes populares e femininas numa longa duração histórica e, assim, examinando as continuidades e descontinuidades que há entre os dizeres de outrora que infamam e deslegitimam tais vozes e aqueles que o fazem ainda em nossos dias.

Essas formulações costumeiramente provêm de discursos antiprogressistas em cujo funcionamento verifica-se uma “retórica reacionária” (Angenot, 2015, p. 101-125), constituída pelos argumentos da “inocuidade”, do “efeito perverso”, do “risco” e “derrocada fatal” ante demandas e conquistas igualitárias. Na retórica reacionária, perante as reivindicações ou os anúncios progressistas e emancipatórios, abundam explicitamente dizeres como: “Isto não adianta nada; tudo vai continuar na mesma!...”; “Isto vai produzir mudanças, sim, mas elas só vão piorar as coisas!”; “Isto vai fazer com que percamos os benefícios que já conquistamos!”; “Dar esse passo rumo ao ‘seu’ progresso significa forçosamente dar dois outros que nos conduzirão ao abismo definitivo!”

Diante do que seria a aventura inócua, perversa, arriscada e até letal dos progressos sociais, a retórica reacionária reage em nome do que considera (ou simula considerar) ser uma segurança econômica, salutar, conservadora e vital. Porém, nem só dessa grave segurança vivem os discursos reacionários; eles podem se materializar em enunciados que produzem efeitos leves e bem-humorados. Em muitas condições nas quais os gêneros tradicionais das doutrinas podem parecer carrancudos, o humor pode expandi-las e consolidá-las por outros e mais eficazes meios. Assim, reiteram-se e consolidam-se pesados e preconceituosos consensos com a leveza de uma *blague* e a amenidade de um sorriso. A tentativa é a de afastar, quando não de eliminar, a pertinência e a



legitimidade das reivindicações igualitárias mais prementes, imputando-lhes o estigma do radicalismo, que por supostamente serem descabidos e ridículos apenas podem tornar-se objeto de humor. É o que ocorre numa reportagem sobre o grupo feminista *Femen* publicada na edição do dia 29 de dezembro de 2013 da *Folha de São Paulo*. Ao título “Como se forma uma *Femen*”, seguem os seus assim chamados “Mandamentos do *Femen*”, entre os quais podemos ler o seguinte:

### **Protestar com voz firme e alta**

A cara deve ser sempre de indignação, para refletir o sentimento do movimento sobre os temas contra os quais protestam. A voz, firme e alta. Sorrir, jamais. (caderno *Mundo* da *FSP*, 29 de dezembro de 2013)

O descrédito do movimento se constrói ali a partir da referência a seus “Mandamentos”, o que lhe atribui a pecha do dogmatismo, mas também com uma possível equivalência entre “voz firme e alta” das integrantes do *Femen* de hoje e a estridência dos gritos das históricas de ontem; com o registro linguístico baixo e o estilo informal de linguagem observados no núcleo do sintagma “A cara”; e com o radicalismo emblemática e ludicamente apresentados nos advérbios ali empregados “sempre” e “jamais”. Não é exatamente com maior consideração que são tratadas a condição feminina e a voz da mulher em outro texto da *Folha*. Alguns indícios poderiam parecer que desta vez teria havido certo apreço pela causa: o relato aparece no caderno *Poder*, que em princípio veicula notícias relevantes do campo político brasileiro; seu título, “Eles e ela,” poderia apontar para a desproporção entre os representantes parlamentares dos dois gêneros no Congresso nacional; também seus primeiros enunciados – que reconstroem o contexto, fazendo contrastar a) “a deputada Alice Portugal (PC do B) **lutava** para discursar” e b) “enquanto colegas **falavam alto em conversas paralelas**”, e que apresentam indiretamente a voz de outro parlamentar “Antonio Britto (PTB) **chamou a atenção dos presentes**” e diretamente a do então ministro da Saúde “Alexandre Padilha pegou carona: **‘É a primeira mulher a falar, vamos respeitar...’**” – consistiriam na materialização de uma posição progressista, numa denúncia da referida desproporção e de um desigual tratamento entre os sujeitos ali presentes e numa relação de compromisso entre o enunciador midiático e seus enunciados. Outras marcas linguísticas do texto que transcrevemos integralmente abaixo fazem deslizar os sentidos para outra direção.

Eles e ela

Em uma reunião das frentes parlamentares ligadas à saúde, a deputada Alice Portugal (PC do B) lutava para discursar, enquanto colegas falavam alto em conversas paralelas. No comando dos trabalhos, o presidente da Frente das Santas Casas, Antonio Britto (PTB), chamou a atenção dos presentes. E o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, pegou carona: ‘É a primeira mulher a falar, vamos respeitar...’ Meio sem jeito, a deputada se justificou: ‘É a falta de testosterona na voz. Mas o importante é que os eleitores do meu Estado me ouvem sempre!’ (*Painel*, caderno *Poder* da *FSPS*, 19 de março de 2011)

Se, por um lado, o relato foi publicado no caderno *Poder*, por outro, o foi sob a forma de uma anedota, em sua sessão “*Painel*”, reconhecidamente de menor importância editorial. O polissêmico título “Eles e ela” sinaliza menos a desproporção entre pares do que tende a se estabilizar num suposto mal-estar que teria sido experimentado pela deputada, na medida em que está relacionado com as locuções “Meio sem jeito” e “se justificou”, que lhe dizem respeito. O que fundamenta tais

seleções lexicais que precedem, emolduram e direcionam o discurso direto de Alice Portugal? Antes de dar voz direta à personagem central do episódio, não poderia o enunciador ter empregado algo como “A parlamentar reagiu com indignação que deveria ser a de todas (todos) nós ao desrespeito com que era tratada e ainda dispensou a bem-intencionada intervenção de seus colegas com os seguintes termos:...”, para introduzir a fala de Alice Portugal e para, com isso, inscrever-se em outra posição e produzir outros efeitos? Ademais, o relato é construído numa higienizada e distanciada delocução e a expressão cristalizada “pegou carona” somente é ali utilizada porque se coaduna com a condição de um gracejo veiculado na sessão “Painel” conferida ao caso.

Por fim, parece-nos produtivo destacar certos aspectos do enunciado da própria deputada: “É a falta de testosterona na voz. Mas o importante é que os eleitores do meu Estado me ouvem sempre!”. O desrespeito e a desatenção de seus colegas diante de sua intervenção seriam devidos à “falta de testosterona na voz”, ou seja, poder-se-ia imaginar que se trata aí das insuficiências relativas à altura de seu volume vocal, à gravidade de sua qualidade de voz, ao vigor de sua dinâmica de fala e à tensão de seu aparelho fonador; insuficiências em tese evidentes e facilmente reconhecidas, a julgar pelo determinante definido no sintagma “a falta de testosterona”. Seja na produção de um efeito irônico ou não, o “Mas” na articulação das duas frases de seu enunciado aponta para a equivalência e para o encadeamento tomados como evidentes; essa evidência, contudo, é produzida por um discurso sobre os gêneros masculino e feminino e sobre a voz de seus falantes, entre a força viril da voz e a atenção e respeito da escuta; discurso esse que é ali atualizado seja para ser reiterado seja para refutá-lo. Em todo caso, se se pode ali tratar-se de uma refutação por parte da deputada, parece não ser o que ocorre entre as demais personagens da história, nem tampouco é esse o discurso materializado no relato, tal como ele fora formulado pela então responsável pelo “Painel”, do caderno “Poder” da *Folha*, a jornalista Renata Lo Prete.

Se as vozes com traços femininos são vítimas de estigmas que lhes são imputados, aquelas dotadas de marcas populares não tendem a sê-lo em menor medida. É justamente, por essa razão que a partir deste ponto buscamos demonstrar como as passagens em que os retores clássicos parecem fazer uma apologia à *actio* e, em seu interior, aos usos da voz na persuasão, podem ser interpretadas antes como fundamentos e manifestações de discursos que depreciam constantemente as falas e as vozes populares. Na esteira desse movimento, reproduzimos o seguinte excerto das *Instituições Oratórias*, de Quintiliano, com vistas a tentar mais bem descrever e interpretar o texto da mídia brasileira contemporânea, que será abaixo objeto de uma nossa análise.

As regras para a pronúncia são as mesmas que aquelas para o próprio estilo. Este último deve ser correto, límpido, elegante e bem adaptado; do mesmo modo, a ação oratória será correta, ou seja, sem defeitos, se a emissão da voz for fácil, nítida, agradável, bem romana, isto é, sem sotaque campesino nem estrangeiro. (...) porque os homens se reconhecem por suas diferentes maneiras de pronúncias, assim como reconhecem o bronze por seu timbre. (Quintiliano, *Inst. orat.* XI, 3, 30- 31)

Se não seguissem essas regras, os oradores seriam, como foram e como ainda tendem a sê-lo, estigmatizados. Em Aristóteles, encontramos a afirmação de que “os oradores incultos persuadem melhor as massas populares do que os ilustrados; os incultos são mais bem versados na arte de falar diante das multidões” (*Retórica*, Livro II, cap. 22, 1395b). Ainda segundo o filósofo grego, isso também ocorreria, “porque enquanto aqueles, os ilustrados, formulam proposições unânimes e gerais, estes, os incultos, enunciam proposições que são conhecidas de seu auditório”. (*Ibidem*, Livro II, cap. 22, 1395b). Aos oradores incultos e aos ouvintes populares são imputadas características que estigmatizam e deslegitimam suas falas e audiências. Não nos parece ser demasiado exagero ver no artigo de Ruth de Aquino, publicado aos 30 de março de 2012 na revista *Época*, os ecos e a perpetuação desse antigo preconceito sobre a voz e a escuta dos oradores e dos

auditórios populares. Após seu primeiro parágrafo, em que menciona a entrevista do ex-presidente Lula ao jornal *Folha de São Paulo*, concedida logo após o anúncio da cura do câncer de laringe de que então Lula sofria, e reproduz dela algumas de suas passagens, a jornalista busca produzir um efeito de legitimidade e de certa aura erudita, para mais bem fundamentar sua posição, mediante o que seriam as citações de frases do psicanalista Joel Birman:

A voz, mais que o olhar, é fundamental para persuadir o outro, diz o psicanalista Joel Birman. “Para um líder político, a voz é ainda mais que isso. É um instrumento insubstituível para tocar as emoções, os sentimentos e os desejos do interlocutor e da massa.” Do ponto de vista simbólico e real, a perda da voz seria a perda da condição de liderança de Lula.

A conjunção do discurso indireto, sucedido de verbo *dicendi* por meio do qual se atribui o primeiro enunciado ao psicanalista, com o discurso direto, marcado pelas aspas que fazem pressupor que a declaração entre elas foi dada, assim como a primeira, mas, agora, ainda mais *ipsis litteris*, por Birman, incide sobre o terceiro período da sequência; incidência reforçada por seu início, sob a forma da locução de modo “Do ponto de vista simbólico e real”, de maneira a fazer parecer que se trata ainda e exatamente das palavras do psicanalista. Contudo, o alcance de tal gesto não se limita ao último período do parágrafo, mas estende-se aos próximos e a todo o restante do texto. Assim, tudo se passe como se Birman mais ou menos indiretamente subscrevesse a seguinte passagem do artigo de Aquino:

O presidente que cometeu mais gafes na história do Brasil conseguia quase sempre roubar a cena ao abrir a boca. (...) Sua voz rouca, com erros de português, metáforas de futebol e piadas do povão, era o elo com a massa, na versão sindicalista exaltado ou do lulinha paz e amor. O Brasil teve outros oradores inflamados (...) [que] se expressavam com vigor também na escrita. Lula não. Exerce uma liderança oral. A maioria da população brasileira não domina a palavra escrita. (...) Num país assim, a voz é hipervalorizada como capital simbólico. Lula sempre falou demais.

Com a suposta anuência legitimadora do psicanalista, a jornalista formula um enunciado repleto de que pareceriam ser evidências absolutas, tal como ocorre no encontro entre o sintagma nominal precedido pelo determinante definido e a oração subordinada adjetiva restritiva, ou seja, duas das formas mais privilegiadas de manifestação do que se concebe nos estudos discursivos como o “pré-construído”, algo dito efetivamente no intradiscurso naquele próprio instante da sua formulação, mas que se apresenta como a cristalização de verdade e evidência atemporais. Tudo se passa ali como se fosse um fato incontestável o de Lula ter cometido mais gafes (também elas seriam fenômenos evidentes...) do que qualquer outro presidente do país, ao longo de toda nossa história. O predicado da primeira oração, que poderia ter em si mesmo uma carga semântica eufórica, uma vez que a expressão idiomática “roubar a cena” tende a indicar a capacidade de atrair positivamente a atenção, principalmente quando associada ao fato de que se consegue tal atração pelos méritos do que e do modo como se fala, já fora precedido por uma avaliação disfórica e será sucedido ainda por outras. Assim, há antes para o enunciador deméritos de Lula, nas circunstâncias em que se torna orador.

São ainda vários aspectos do desempenho oratório de Lula os alvos da crítica do enunciador: sua voz é rouca, e não “de trovão”, de “timbre atritoso” e “belamente grave” ou ainda “plena de energia”, tal como a descreveu Tales Ab’Saber, em texto publicado na revista *Serrote* com o mesmo título do artigo de Aquino e na mesma ocasião em que fora anunciada cura da enfermidade de Lula;

sua fala é constituída por “erros de português”, por “metáforas de futebol” e por “piadas do povão”, e não pela presença de variantes que, embora nem sempre correspondam ao que é considerado como usos da norma culta da língua, são formas bastante adequadas às circunstâncias e aos públicos aos quais o ex- presidente se dirigia; e não por apropriadas e elucidativas analogias; e não pela presença de espírito, sob a forma de eventuais anedotas que tornam mais leves a gravidade e a aridez da política e da economia nacionais. A despeito de todas essas alegadas deficiências e vícios de linguagem ou, antes, justamente por seu intermédio, Lula sempre demonstrou grande capacidade para estabelecer um “elo com a massa”. Por quê?

A resposta a esta questão é antiga e mostra-se bastante bem conservada: “os oradores incultos persuadem melhor as massas populares do que os ilustrados; os incultos são mais bem versados na arte de falar diante das multidões” (Retórica, Livro II, cap. 22, 1395b). No texto publicado na *Época*, ainda nem haviam sido encerradas as depreciações ao orador que traria em sua língua, em seu corpo e em sua voz as marcas populares, para que já se começasse ali a igualmente menosprezar a qualidade da escuta do povo. Lula exerceria “uma liderança [exclusivamente] oral”, porque “maioria da população brasileira não domina a palavra escrita”. Aos preconceitos de classe, que se constroem seja pela euforia com que se caracterizam uns (“correto, límpido, elegante e bem adaptado”; “a ação oratória será correta, ou seja, sem defeitos, se a emissão da voz for fácil, nítida, agradável, bem romana”) seja pela disforia atribuída a outros (“sotaque campesino” ou “estrangeiro”; “gafes”; “erros de português, metáforas de futebol e piadas do povão”; “A maioria da população brasileira não domina a palavra escrita”; “Lula sempre falou demais”) e por seu direto ou indireto cotejamento, somam-se os de outras ordens. Aí não existem triagens puras nem fronteiras intransponíveis e bem estabelecidas, que pudessem isolar ou enfraquecer os julgamentos que enobrecem ou difamam as manifestações linguísticas e vocais de seus falantes; antes, ocorre o inverso: a condição socioeconômica, atual ou pregressa, incide sobre os níveis de instrução, que também incidem sobre a pertença às ou sobre a identificação com as classes sociais; estas e a instrução incidem sobre as procedências regional e/ou étnica, que, por sua vez, não passam ilesas pelos gêneros masculino e feminino...

## Considerações finais

Mediante as análises aqui empreendidas de um conjunto de enunciados que tematizam as relações entre a voz humana e as tecnologias de linguagem e ainda os usos da voz no campo político, pudemos demonstrar i) a forte presença de um discurso que avalia disforicamente a intermediação de instrumentos tecnológicos entre a produção da voz e sua recepção; e ii) a consistência e a longa duração de discursos que estigmatizam as vozes em se encontram traços femininos e populares.

As primeiras análises que apontaram os julgamentos negativos a propósito da incidência das tecnologias na voz humana parecem confirmar uma nossa hipótese (Piovezani, 2011).

Fundamentados no pressuposto de que, a despeito da onipresença da atividade epilinguística na fala humana, ou seja, da faculdade que faz com que constantemente falemos de nossa própria fala, a voz não está com frequência presente em nosso dizer sobre o dizer, avançamos a suposição segundo a qual a relativamente exígua emergência de discursos sobre a voz tende a ser contrafeita em ocasiões em que pese sobre ela perigos reais ou imaginários. Ademais, o desconforto causado pela mediação tecnológica da voz indica uma reiterada e consolidada relação entre a interposição de meios e a deturpação daquilo que por ele se transmite ou atravessa.

Já na esteira das últimas análises, vimos que os constantes e intensos elogios à voz formulados pelos retores antigos podem ser interpretados como um julgamento e uma condenação da fala dos “oradores incultos” e da escuta das multidões “iletradas” e das vozes com propriedades femininas às quais frequentemente se atribui a debilidade. Como sabemos, esses julgamento e condenação não ficaram no passado; seus ecos e reatulações constantes continuam a ser decisivos para macular e deslegitimar as lutas e reivindicações feitas por vozes que trazem em suas forma e substância sonoras as marcas das classes, dos gêneros, das idades e dos lugares quase sempre sem

reconhecimento e privados de prestígio.

## References

1. AB'SABER T. A voz de Lula. Serrote. *Serrote*. 2012; n. 10:63-71.
2. ANGENOT M. O discurso social e as retóricas da incompreensão. EdUFSCar: São Carlos; 2015.
3. ARISTÓTELES. Rhétorique. Les Belles Lettres: Paris; 2002.
4. FOUCAULT M. Arqueologia do saber. Forense: Rio de Janeiro; 1997.
5. FOUCAULT M. Resposta a uma questão. *Ditos & Escritos*. Forense Universitária: Forense Universitária; 2010:1-24.
6. GREGOLIN M. R. V. Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos. Claraluz: São Carlos; 2004.
7. ORLANDI E. Ilusões na (da) linguagem. In: TRONCA I. *Foucault vivo*. Pontes: Pontes; 1987:53-65.
8. ORLANDI E. Michel Foucault e Michel Pêcheux: uma relação pelo discurso. In: FALCÃO L. F, SOUZA P. *Michel Foucault: perspectivas*. Achiamé: Achiamé; 2005:65-70.
9. HAROCHE C, HENRY P, PÊCHEUX M. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages*. 1971; n. 24:93-106.
10. PÊCHEUX M. Análise automática do discurso. In: GADET F, HAK T. *Por uma Análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Editora da Unicamp: Editora da Unicamp; 1990:61-161.
11. PÊCHEUX M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Editora da Unicamp: Campinas; 1997.
12. PIOVEZANI C. Usos e sentidos da voz no discurso político eleitoral brasileiro. *Alfa (Revista de Linguística da UNESP)*. 2011; v. 55(n. 1):163-176.
13. PIOVEZANI C. Discursos sobre a voz de Lula na mídia brasileira. *Linguagem em (Dis)curso*. 2015; v. 15(n. 1):33-46.
14. PIOVEZANI C. Falar em público na política contemporânea: a eloquência pop e popular brasileira na idade da mídia. In: COURTINE J J, PIOVEZANI C. *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Vozes: Vozes; 2015:290-337.
15. PUECH O. O 'discurso', as heranças e os destinos de Saussure na França. In: CRUZ M, PIOVEZANI C, TESTENOIRE P Y. *Saussure, o texto e o discurso: cem anos de heranças e recepções*. Parábola: Parábola; 2016:13-37.
16. QUINTILIANO. Institution oratoire. Les Belles Lettres: Paris; 2003.